



Estratégia
CONCURSOS

Direito Ambiental – MP SP

Prof. Rosenal Júnior



ATENÇÃO!

Boa parte deste material é preenchido durante aula. Portanto, assistam à aula.

Durante a aula eu passo o conteúdo teórico necessário para resolver todas as questões.

Aqui temos apenas um roteiro da aula e a lista de questões.

Prof. Rosenval

Instagram @profrosenval



Princípios do Direito Ambiental

- **Quais são os princípios mais cobrados pela VUNESP?**





Princípios do Direito Ambiental





Princípios do Direito Ambiental





1 - VUNESP - Juiz Substituto - TJ-MS - 2015

Um dos princípios produzidos em Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente e que serve para construção normativa ambiental afirma que: “Quando houver perigo de dano grave ou irreversível, a falta de certeza científica absoluta não deverá ser utilizada como razão para que seja adiada a adoção de medidas eficazes em função dos custos para impedir a degradação ambiental”.

Esta afirmação representa o princípio da

- a. Precaução.**
- b. Responsabilidade comum, porém, diferenciada.**
- c. Prevenção.**
- d. Informação.**
- e. Responsabilidade integral.**

Letra A



2 - VUNESP - Juiz Substituto - TJ-SP - 2017

Em relação ao princípio da precaução, é correto afirmar:

- a. implica a ideia de um conhecimento completo sob os efeitos de determinada técnica – domínio científico – sobre causas e efeitos de seu uso e, em razão do potencial lesivo já diagnosticado, impõe que se evite a ocorrência desses danos já conhecidos.**
- b. o uso de técnicas e pesquisas de organismos geneticamente modificáveis não deve ser regulado pelo princípio da precaução e sim pelo princípio da prevenção.**



- c. foi aceito pela doutrina e jurisprudência brasileiras com o advento da Lei nº 11.105/2005 quando foi explicitado no ordenamento jurídico.**
- d. objetiva regular o uso de técnicas sob as quais não há um domínio seguro de seus efeitos.**

Letra D





3 - VUNESP - Juiz TJMG - 2012

Em se considerando que o princípio da precaução e o princípio da prevenção já se encontram instrumentalizados no artigo 225, caput, da Constituição da República, é correto afirmar que

- a) se adota o princípio da prevenção quando há dúvida científica sobre o potencial danoso de uma ação que interfira no ambiente.**
- b) se adota o princípio da precaução quando conhecidos os males que a ação causa ao ambiente.**
- c) o princípio da precaução pressupõe a inversão do ônus probatório.**
- d) o princípio da prevenção derroga o princípio da precaução se estiverem em rota de colisão quando da solução de um caso concreto.**

Letra C



4 - VUNESP - Juiz - TJ-RJ - 2013

O princípio da precaução, no tocante às questões de Direito Ambiental, pressupõe e gera como possibilidade, respectivamente:

- a. ausência de certeza científica e inversão do ônus da prova.**
- b. certeza científica e condenação por dano hipotético.**
- c. risco provado e condenação ao pagamento de indenização fixada por arbitramento.**
- d. risco eventual e condenação ao pagamento de indenização obrigatória.**

Letra A



5 - VUNESP - Analista de Promotoria - MPE SP-2015

Princípio, como esclarece Celso Antônio Bandeira de Mello, é o mandamento nuclear de um determinado sistema, é o alicerce do sistema jurídico, é aquela disposição fundamental que influencia e repercute sobre todas as demais normas do sistema. Pode-se indicar como princípio ambiental, que objetiva capacitar a comunidade para a participação ativa na defesa do meio ambiente, o princípio da

- a. educação ambiental.**
- b. prevenção de danos e degradações ambientais.**
- c. função social e ambiental da propriedade.**
- d. garantia do desenvolvimento econômico e social ecologicamente sustentado.**
- e. disponibilidade do interesse público e particular na proteção do meio ambiente.**

Letra A



6 - VUNESP - Procurador Jurídico Legislativo - Câmara Municipal de Sertãozinho – SP - 2014

O art. 225 da CF/88 dispõe que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Esse dispositivo está relacionado ao desenvolvimento sustentável e representa o princípio da

- a. equidade intergovernamental.**
- b. qualidade de vida.**
- c. solidariedade governamental.**
- d. equidade intergeracional.**
- e. qualidade e equilíbrio intergovernamental.**

Letra D



7 - VUNESP - Juiz – TJ-RR- 2011

Leia as afirmações e relacione cada uma delas com os princípios ambientais, na sequência correta.

- 1- Tomar decisões no sentido de impedir a superveniência de danos ao meio ambiente, por meio de medidas apropriadas, antes da elaboração de um plano ou da realização de uma atividade potencialmente degradadora.**
- 2- Tomar decisões para limitar o desenvolvimento de atividades e, assim, impedir a superveniência de danos ao meio ambiente em cenários de incerteza e controvérsias quanto às referidas atividades.**
- 3- É dever da Administração Pública garantir o acesso dos cidadãos a registros administrativos e a informações sobre atos de governo relativos ao meio ambiente, inclusive sobre materiais e atividades perigosas.**
- 4- Exigir do empreendedor medidas capazes de reduzir os impactos ambientais, fazendo-o internalizar os custos ambientais de sua atividade.**
- 5- Exigir a retribuição à sociedade pela utilização econômica dos recursos naturais, incentivando, ao mesmo tempo, a racionalização do seu uso.**
- 6- Permitir o desenvolvimento de atividades econômicas e buscar a redução das desigualdades sociais, mantendo, porém, uma base ecológica disponível para as futuras gerações.**



Assinale a alternativa correta.

- a) Prevenção, precaução, informação, poluidor-pagador, usuário-pagador e desenvolvimento sustentável.**
- b) Precaução, prevenção, informação, poluidor-pagador, usuário-pagador e desenvolvimento sustentável.**
- c) Prevenção, precaução, participação, usuário-pagador, equivalência dos custos ambientais e solidariedade intergeracional.**
- d) Precaução, prevenção, participação, equivalência dos custos ambientais, usuário-pagador e solidariedade intergeracional.**

Letra A



8 - VUNESP - JUIZ TJSP - 2011

Leia atentamente as assertivas que seguem e, depois, proceda à sua vinculação com os princípios enunciados, na correta ordem sequencial.

I. Manter as bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, e igualmente garantir uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição.

II. Assegurar a solidariedade da presente geração em relação às futuras, para que também estas possam usufruir, de forma sustentável, dos recursos naturais.

III. Impedir a ocorrência de danos ao meio ambiente, por meio da imposição de medidas acautelatórias, antes da implantação do empreendimento e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras.

IV. Instituir procedimentos capazes de embasar uma decisão racional na fase de incertezas e controvérsias, de forma a diminuir os custos da experimentação.

V. Internalizar os custos resultantes dos danos ambientais, ou seja, levá-los em conta na elaboração dos custos de produção e, conseqüentemente, assumi-los.

VI. Evitar que o “custo zero” dos serviços e recursos naturais acabe por conduzir o sistema de mercado à hiperexploração do meio ambiente.



Assinale a alternativa correta.

- a) Desenvolvimento sustentável, solidariedade intergeracional, prevenção, precaução, poluidor-pagador, usuário-pagador.**
- b) Desenvolvimento sustentável, solidariedade intergeracional, precaução, prevenção, poluidor-pagador, usuário-pagador.**
- c) Solidariedade intergeracional, desenvolvimento sustentável, precaução, prevenção, usuário pagador, poluidor-pagador.**
- d) Solidariedade intergeracional, desenvolvimento sustentável, prevenção, precaução, poluidor-pagador, usuário-pagador.**
- e) Desenvolvimento sustentável, solidariedade intergeracional, prevenção, precaução, usuário-pagador, poluidor-pagador.**

Letra A



Tutela do Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988.

- **Quais são os temas mais cobrados?**





Competências





Art. 225





1 - VUNESP - Procurador - Prefeitura de São José dos Campos - 2017

Sobre a competência em matéria ambiental, tem-se que

- a) os municípios estão autorizados a legislar suplementarmente à legislação federal e estadual independentemente de interesse local.**
- b) é competência exclusiva da União preservar as florestas, a fauna e a flora.**
- c) os Estados poderão, mediante medidas provisórias, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.**
- d) compete aos Estados, privativamente, legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.**
- e) no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.**

Gabarito: E



2 - VUNESP - Procurador - Prefeitura de São José dos Campos - 2017

Em relação ao que estabelece a Constituição Federal sobre o meio ambiente, assinale a alternativa correta.

A - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Cerrado são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á dentro de condições que assegurem a presença do meio ambiente.

B - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, estadual ou municipal, sem o que não poderão ser instaladas.

C - Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental no plano federal e estadual, visando à conscientização pública para a preservação do meio ambiente.



D - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias para proteção dos ecossistemas naturais.

E - Consideram-se cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, em qualquer tipo de manifestação.

Gabarito: D





Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

- Quais são os temas mais cobrados?





Conceitos





Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)





Servidão Ambiental





Servidão Ambiental





Como resolver questões da VUNESP....

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;



III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;**
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;**
- c) afetem desfavoravelmente a biota;**
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;**
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;**

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.



1 - VUNESP - Procurador - Prefeitura de São José dos Campos - 2017

Para fins da Política Nacional do Meio Ambiente, considera-se:

- a) Poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente lancem materiais ou energia em desacordo com os padrões sanitários estabelecidos pela lei da Política Nacional do Meio Ambiente.**
- b) Poluidor, a pessoa física ou jurídica de direito privado, responsável diretamente por ato causador de degradação ambiental que implique perda da biodiversidade.**
- c) Recursos ambientais, a atmosfera, as águas interiores e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, excluídos os elementos da biosfera, a fauna e a flora.**
- d) Degradação do meio ambiente, a alteração propícia dos componentes do meio ambiente.**
- e) Meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.**

Gabarito: E



2 - VUNESP - Procurador Jurídico - Câmara de Marília – SP - 2016

Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Dentre os órgãos que compõem tal estrutura, de acordo com o que prevê as regras da Política Nacional do Meio Ambiente, é correto afirmar que

a) o órgão superior é formado pelo Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.

b) o órgão consultivo e deliberativo é composto pela Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.



c) o órgão executor é composto pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

d) os órgãos locais compreendem o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, cuja finalidade é executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências.

e) o órgão central é composto por entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.

Gabarito: A



3 - VUNESP – Advogado - CETESB - 2013

O Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, previsto na Lei n.º 6.938/81, é estruturado, dentre outros, pelo(s) seguinte(s) órgão(s):

a) órgão central: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, com a finalidade de coordenar, executar e fazer executar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.

b) órgãos subseccionais: os órgãos ou entidades integrantes da administração federal direta e indireta, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, cujas atividades estejam associadas às de proteção da qualidade ambiental.

c) órgão superior: o Conselho Superior do Meio Ambiente – CSMA, com a função de assessorar o Presidente da República e Governadores Estaduais na formulação de diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.



d) órgãos seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.

e) órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, com o fim de assistir e propor ao Conselho Superior do Meio Ambiente – CSMA, diretrizes e políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar sobre normas e padrões compatíveis à sadia qualidade de vida.

Gabarito: D



4 - VUNESP – Engenheiro Florestal – Prefeitura de Presidente Prudente - 2016

Assinale a alternativa correta com relação à estruturação do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

- a) Órgão Superior: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).**
- b) Órgãos Executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.**
- c) Órgão Consultivo e Deliberativo: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.**
- d) Órgão Central: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.**
- e) Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.**

Gabarito: B



5 - VUNESP – Engenharia Ambiental

Segundo a Lei Federal n.º 6.938, de 1981, e suas atualizações sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, é Órgão Superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA:

- a) o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).**
- b) o Conselho do Governo.**
- c) a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.**
- d) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.**
- e) o Ministério do Meio Ambiente.**

Letra: B.



ATENÇÃO!!! Vejam como resolver questões da VUNESP...

6 - VUNESP - Analista Assistente Jurídico - MPE SP – 2010

Sobre a estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), é correto afirmar que caberá

- a) ao órgão central, formado pela Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política nacional e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.**
- b) ao órgão superior, formado pelo CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), propor e estudar diretrizes e políticas governamentais para o meio ambiente.**
- c) ao órgão executor, formado pelo Conselho do Governo, a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional para o meio ambiente e recursos ambientais.**



d) aos órgãos seccionais, compostos basicamente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, executar e fazer executar como órgão federal, as políticas e diretrizes fixadas para o meio ambiente.

e) ao órgão executor, composto pelos órgãos municipais, controlar e verificar a correta execução das políticas ambientais.

Letra A.

OBS.:

***Atualmente o órgão central é o Ministério do Meio Ambiente, embora, por uma inércia do legislador, ainda conste a antiga e extinta Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República na Lei 6.938/81.**



7 - VUNESP – Analista em Engenharia Ambiental

Avalie as seguintes propostas de estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), classificando-as como (V) verdadeiras ou (F) falsas.

- () O Conselho de Governo é órgão superior.**
- () O Conselho Nacional de Meio Ambiente é órgão consultivo e deliberativo.**
- () O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis é órgão executor.**
- () O Conselho Nacional de Meio Ambiente é órgão superior.**
- () O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis é órgão central.**

A classificação correta obtida, de cima para baixo, é:

- a) V, V, V, F, F.**
- b) F, V, F, V, V.**
- c) V, F, F, V, V.**
- d) F, F, V, V, V.**
- e) V, V, V, V, F.**

Letra A.



8 - VUNESP - Analista Técnico Científico – Geógrafo - MPE-SP - 2016

O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do SISNAMA, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental. A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) estabelece que a servidão ambiental

- a. aplica-se às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.**
- b. tem prazo mínimo de 10 (anos) anos, não havendo limites para prorrogações de igual período.**
- c. não equivale, para fins creditícios, tributários e de acesso, aos recursos de fundos públicos, à Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.**



- d. deve incluir em seu instrumento ou termo de instituição o memorial descritivo, contendo pelo menos um ponto de amarração georreferenciado.
- e. pode passar por alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.

Gabarito: D





9 - VUNESP - Procurador Municipal - Prefeitura de Sertãozinho – SP – 2016

Sobre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, é correto afirmar que

- a. a servidão ambiental se aplica também às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.**
- b. durante o prazo de vigência da servidão ambiental é permitido que se faça a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.**
- c. o prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 10 (dez) anos.**
- d. o detentor da servidão ambiental poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente, por prazo determinado ou em caráter definitivo, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada que tenha a conservação ambiental como fim social.**



e. a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental não dependerão de prévio licenciamento ambiental.

Gabarito: D





10 - VUNESP –Advogado – Câmara Municipal de Registro - 2016

Nos termos da Lei no 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, é correta a seguinte afirmação no que concerne à servidão ambiental.

- a. O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode instituir servidão ambiental, perante órgão integrante do SISNAMA, limitando o uso de toda a propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes.**
- b. A servidão ambiental também pode ser aplicada às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.**
- c. A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no máximo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal.**
- d. É possível, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.**



e. O detentor da servidão ambiental não poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada, ainda que este tenha a conservação ambiental como fim social.

Gabarito: A





11 - VUNESP – Procurador Municipal SP - 2014

Sobre a servidão ambiental, instrumento econômico da Política Nacional do Meio Ambiente, regradada pela Lei Federal n.º 6.938/81, assinale a alternativa correta.

- a) O detentor da servidão ambiental poderá aliená-la, cede-la ou transferi-la, total ou parcialmente, como área de preservação permanente, em favor de entidade pública ou privada que tenha a conservação ambiental como fim social.**
- b) Em caso de servidão ambiental temporária, seu prazo mínimo será de vinte anos.**
- c) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal.**
- d) Durante o prazo de vigência da servidão ambiental, as alterações da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel, deverão ser averbadas na matrícula do imóvel mediante autorização judicial.**



e) É dever do detentor da servidão ambiental defender judicialmente a servidão ambiental em casos de defesa da posse da área serviente, por todos os meios em direito admitidos.

Gabarito: C.





12 - VUNESP - Delegado de Polícia Civil de 1a - PC-CE - 2015

Considerando a Lei nº 6.938/81, no que tange aos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, é correta a seguinte afirmação:

- a. A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua; e, se ela for temporária, o prazo mínimo é de 10 (dez) anos.**
- b. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévia delimitação das áreas de proteção ambiental.**
- c. Sem prejuízo da aplicação das penalidades definidas pelas legislações federal, estadual e municipal em razão do não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental, o poluidor é obrigado, desde que comprovada a existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.**



d. O detentor de servidão ambiental não poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la em favor de outro proprietário ou de entidade privada, ainda que este tenha a conservação ambiental como fim social.

e. O Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, assim como o zoneamento ambiental, são alguns dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

Gabarito: E



Próxima aula (23/08, às 14h):

Espaços ambientalmente protegidos

- **Novo Código Florestal (APP e Reserva Legal)**
- **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**

Licenciamento Ambiental

Responsabilidade Ambiental





Obrigado!

Prof. Rosenvall

Instagram @profrosenvall

